

n.º 409/91, de 17 de Outubro), torna-se público que foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo pelo prazo de um ano com Adelaide Cristina Rodrigues Cordeiro da Silva, Carlos Alberto Cardoso João, Ezequiel dos Santos Simão, Helena Maria Oliveira Marques, Maria Manuela Domingues de Oliveira, Maria Luísa Brito Barreira, Paula Maria Carvalho Marques da Silva e Tatiana Marisa da Silva Fernandes Ferreira, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2007 e termo em 3 de Abril de 2008, e com Ana Isa Ferreira José, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2007 e termo em 2 de Maio de 2008, para a categoria de jardineiro, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º e 10.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública), e 139.º e 140.º ambos do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Abril de 2007. — O Vereador com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611015698

Aviso n.º 9781/2007**Contrato de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), torna-se público que foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, de Alexandre Manuel Martins de Oliveira, com efeitos a partir de 27 de Março de 2007 e termo em 27 de Março de 2008, para a categoria de encarregado de cemitério, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º e 10.º, n.º 2, da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública), 139.º e 140.º do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Março de 2007. — O Vereador com Competência Delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, *Eusébio Candeias*.

2611015690

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA**Aviso n.º 9782/2007****Contrato a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos se torna público que foi celebrado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos dos artigos 128.º e seguintes do Código do Trabalho, com as especificidades constantes da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, eventualmente renovável, com efeitos a partir de 15 de Maio de 2007, com o técnico de informática de grau I, nível I, Paulo Alexandre dos Santos Serrano, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 332.

16 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611015687

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO**Aviso (extracto) n.º 9783/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, foram nomeadas por meu despacho de 4 de Maio de 2007, o que ocorreu por reclassificação profissional em assistente de acção educativa, e decorrido o período probatório após a publicação das nomeações em regime de comissão de serviço extraordinária (CSE), nos termos do n.º 6.º, conjugados os n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro e, também, o n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, as candidatas graduadas em 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º Maria da Conceição Sendão Gonçalves Passos, Isabel Maria Alfaia Barros Guimarães, Maria Amélia de

Araújo Lima Sampaio, Maria Alexandrina Viana de Sá Meireis, Maria Isabel Coutinho de Araújo, Regina Vieira Martins da Silva e Andrea Dória Pereira Diogo, assistentes de acção educativa.

Os lugares agora ocupados foram criados no quadro de pessoal desta Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal de 18 de Junho de 2003, mediante proposta da Câmara Municipal de 4 de Junho de 2003, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, apêndice n.º 117, de 4 de Agosto de 2003.

As nomeadas ficam posicionadas no escalão 1, índice 199, a que corresponde o montante de € 650,23, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março, e pela Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro, devendo tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação da nomeação no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

11 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

2611015544

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL**Aviso n.º 9784/2007**

Torna-se público que, por meus despachos de 17 de Maio e na sequência de concursos internos de acesso geral, são nomeados:

Elisabete Ribeiro Teixeira e Maria Celeste Margarida Fernandes Valente, técnicas superiores assessoras (engenheiro civil) — escalão 1, índice 610.

Gustavo Miguel Rodrigues Maia Rebolho, técnico superior assessor (arquitecto) — escalão 1, índice 610.

18 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins*.

2611016106

JUNTA DE FREGUESIA DE LONGUEIRA/ALMOGRAVE**Aviso n.º 9785/2007****Nomeação**

No uso das competências que me são conferidas pelo artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, torno público que nomeei, através do meu despacho de hoje, a candidata aprovada no concurso interno de acesso limitado para um lugar de assistente administrativo principal, pertencente ao grupo de pessoal administrativo, Maria do Carmo dos Reis Gonçalves, posicionada no escalão 1, índice 222, a que corresponde o vencimento ilíquido mensal de € 725,38.

Nos termos dos artigos 4.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e subseqüente alterações, a ora nomeada deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias a contar da data da presente publicação. (Processo isento do visto do Tribunal de Contas — Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

21 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, *Dinis Manuel Campos Nobre*.

1000311478

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO NICOLAU**Aviso n.º 9786/2007****Lista de antiguidade**

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que está afixada nos locais apropriados e nas instalações desta autarquia a lista de antiguidade de pessoal do quadro, organizada nos termos do artigo 93.º do citado decreto-lei, a qual se reporta a 31 de Dezembro de 2006.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo decreto-lei, cabe reclamação para o órgão executivo no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

26 de Março de 2007. — O Presidente, *Luís Maria Severino Arrais*.

2611015688